



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

EMERSON CRUZ DOS SANTOS

O CONCEITO DE RAZÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO:

Um diálogo entre Mbembe e Freire

SALVADOR

2025

EMERSON CRUZ DOS SANTOS

O CONCEITO DE RAZÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO:

Um diálogo entre Mbembe e Freire

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Departamento de Educação do Campus I, sob orientação do Professor Dr. Luciano Costa Santos, como requisito para obtenção do título de Graduação.

SALVADOR

2025

EMERSON CRUZ DOS SANTOS

O CONCEITO DE RAZÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO:

Um diálogo entre Mbembe e Freire

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Departamento de Educação do Campus I, sob orientação do Professor Dr. Luciano Costa Santos, como requisito para obtenção do título de Graduação.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em ____ de janeiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr. Luciano Costa Santos
Orientadora

Prof. Dr. Alan da Silva Sampaio
Avaliador

Prof. Dr. Moisés Batista Santos de Oliveira
Avaliador

Esse trabalho é dedicado à escola pública em seus mais importantes membros, os estudantes, de quem e para quem foi feita esta pesquisa e aos colegas professores, a quem dedico e lanço o verso: “vem, vamos embora que esperar não é saber”.

O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que me preocupa é o silêncio dos bons. (Pr. Martin Luther King Jr)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao Criador por ter me concedido oportunidades únicas, nunca pensadas no exercício desta dádiva que é viver. Uma delas sendo a Universidade. Aos professores do meu ambiente de trabalho que me fizeram amar a educação como amam os apaixonados, apenas em favor da paixão. Aos colegas de graduação e aos professores mais comprometidos do mundo, como são os do maravilhoso Departamento de Educação do Campus I, com atenção especial ao professor Alan Sampaio, pelo interesse em fazer parte da banca examinadora deste Trabalho de Conclusão de Curso. Ao professor Dr. Moisés Oliveira, também membro da Banca. À Danilo, funcionário que faz a burocracia vir a nosso favor, uma das pessoas mais competentes e empenhadas que conheço. Em especial quero agradecer à pessoa que discretamente me concedia condições materiais para a escrita deste trabalho, me comprando os livros, aquela que se aproximou por admiração e quando a convivência retirou a admiração, permaneceu por amor, Djalмира, professora que virou tia e faz parte da minha família afetiva, e que sempre afirmava, nos meus dias de reclamação, que estudar era minha obrigação. Agradeço à minha mãe, a mais entusiasmada das minhas fãs, a que tirou um pedaço de si para que eu fosse por inteiro. Ao meu atencioso, dedicado e acolhedor orientador. Ao olhá-lo ensinar disse para mim mesmo que seria um professor como ele, ao olhá-lo orientar, decidi ser um dia um orientador como ele. Agradecer à minha companheira de vida, mãe e dedicada esposa Daiane Cruz, sem a qual este ciclo nunca seria fechado, ao seu afeto em me trazer café enquanto eu passava horas estudando e lendo, em cuidar de nossas filhas nas minhas ausências para estudo expressando o mínimo de reclamação, tomando o meu projeto de vida como seu.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso refletiu sobre o conceito de Razão e suas implicações na Educação. Aborda este conceito e seu desdobramento em "Razão Negra" como formador da cultura e da ocidentalidade enquanto expressão do humano. Também objetivou analisar as implicações deste conceito na educação dos lugares colonizados, definindo o seu modo de ser e práticas na relação ensino-aprendizagem ao fornecer as bases para a educação tradicional. Na leitura de "Crítica da Razão Negra" e "Pedagogia do Oprimido", além de referências secundárias e terciárias, impôs-se a inquietante tarefa de compreender e ampliar o conceito de Razão enquanto gerador de problemáticas na cultura e na formação da contemporaneidade, sobretudo para os oprimidos, essencialmente enquanto sujeitos racializados. Para finalizar, os objetos da pesquisa estão centrados em verificar e analisar características filosóficas na relação ensino-aprendizagem, apresentadas pelos autores, sobretudo Paulo Freire, que corroboram a colonialidade como paradigma fundante das políticas públicas voltadas para o ensino e a educação. Propõe-se analisar categorias importantes como o sujeito, a palavra "negro" em suas diferentes acepções, assim como a teoria da ação dialógica e antidialógica, terminologias presentes nas obras dos autores abordados e referenciados no trabalho. Opressão e manipulação se manifestam na forma de sequestrar a expressão e cultura do povo oprimido, criando uma inautenticidade. A educação se torna um espaço onde a relação de submissão é naturalizada, refletindo a ideia da "Pedagogia da naturalização do racismo". Freire critica a educação colonial que perpétua a ideia de superioridade racial e mantém a dominação. Para a construção desta pesquisa optou-se pela metodologia de pesquisa bibliográfica, assim como a hermenêutica, a fim de analisar os fenômenos, embora sem renunciar a uma devida contextualização histórica e sob a perspectiva das áreas de conhecimento em volta do pensamento dos autores. Ao investigar esses conceitos e relações, fez-se necessário apontar percepções e metodologias para a promoção de um olhar crítico sobre essa educação que, sob subjetividades inventadas e coloniais, validou a subalternização dos seres, o apagamento, o silenciamento da fala e demonstrar de forma crítica como estes conceitos são fundantes da educação.

PALAVRAS-CHAVE: razão; negro; educação; outro; dialogicidade.

ABSTRACT

This final course work reflected on the concept of Reason and its implications for Education. It addresses this concept and its development in "Black Reason" as a shaper of culture and Westernness as an expression of the human. It also aimed to analyze the implications of this concept in the education of colonized places, defining its way of being and practices in the teaching-learning relationship by providing the basis for traditional education. In reading "Critique of Black Reason" and "Pedagogy of the Oppressed", in addition to secondary and tertiary references, the disturbing task of understanding and expanding the concept of Reason as a generator of problems in contemporary culture and formation was imposed, especially for the oppressed, essentially as racialized subjects. Finally, the objects of the research are centered on verifying and analyzing philosophical characteristics in the teaching-learning relationship, presented by the authors, especially Paulo Freire, who corroborate coloniality as a founding paradigm of public policies aimed at teaching and education. The aim of this study is to analyze important categories such as the subject, the word "black" in its different meanings, as well as the theory of dialogical and anti-dialogical action, terminologies present in the works of the authors discussed and referenced in the work. Oppression and manipulation manifest themselves in the form of hijacking the expression and culture of the oppressed people, creating an inauthenticity. Education becomes a space where the relationship of submission is naturalized, reflecting the idea of the "Pedagogy of the naturalization of racism". Freire criticizes colonial education that perpetuates the idea of racial superiority and maintains domination. To construct this research, the methodology of bibliographic research was chosen, as well as hermeneutics, in order to analyze the phenomena, although without renouncing a due historical contextualization and from the perspective of the areas of knowledge surrounding the authors' thinking. When investigating these concepts and relationships, it was necessary to point out perceptions and methodologies to promote a critical look at this education that, under invented and colonial subjectivities, validated the subordination of beings, the erasure, the silencing of speech and to demonstrate critically how these concepts are fundamental to education.

KEYWORDS: reason; black; education; other; dialogicity.

SUMÁRIO

Introdução	10
1 A RAZÃO E A HISTÓRIA, A CRIAÇÃO DA FICÇÃO.....	12
1.1. Primeira Escrita do Conceito de Razão Negra	14
2 O OUTRO ENQUANTO FUNDAMENTO DA RAZÃO OCIDENTAL.....	19
2.1 Educar o Outro.....	20
3 A SEGUNDA ESCRITA.....	21
3.1 Aimé Césaire Fanon.....	24
4 IMPLICAÇÕES RAZÃO E EDUCAÇÃO E A RAZÃO FREIRIANA, CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO ANTIDIALÓGICA.....	26
4.1 Freire em Mbembe - a razão negra educadora, uma ação antidialógica.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

Ao longo da história o Ocidente floresceu sob a regência do conceito de razão, enquanto perfeita explicação da essência do homem. Os filósofos iluministas pensaram a razão como “as Luzes” que tirariam a humanidade das trevas, num entendimento sacro, quase místico da palavra. É sob o signo da razão que a humanidade esperava a sua redenção. Aliás, o sentimento de que uma nova humanidade, que, tendo se despedido das falsas crenças e da religiosidade no final do século XIX, surgiria em uma marcha constante, redimida pela racionalidade e pela ciência, embalou o pensamento ocidental. Razão, ciência e verdade se confundiam no coração dos positivistas, presentes na criação e fundamentação do Estado moderno.

A escolarização foi aos poucos institucionalizada como a maneira de civilizar a comunidade e acabou se tornando meio de consolidação desse modo de existir, conforme será possível refletir adiante sob as óticas dos filósofos Achille Mbembe, camaronês, em seu livro “Crítica da Razão Negra”, e do professor brasileiro Paulo Freire, pernambucano, patrono da educação, em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, assim como mediante o auxílio secundário, porém importante, de outras referências, tais como a escritora Toni Morrison, principalmente em seu texto “A Origem dos Outros”. Analisando categorias como a razão, o negro, a África, os problemas da educação sob a lente de “Crítica da Razão Negra” pode-se trabalhar intelectualmente práticas e reflexões sobre a forma como a racialização do não europeu retira dos sujeitos historicamente explorados e colonizados de acordo com o corolário do projeto civilizatório europeu, a possibilidade de ser enxergado (e enxergar a si mesmo) como expressão universal do gênero humano, impedindo a constituição do exercício de alteridade, pois na escrita colonial o outro é um inimigo. No Brasil e nas Américas, historicamente, esse inimigo é materializado na população negra. Dessa maneira se mostrou de máxima importância o uso do pensamento de Mbembe e Freire em seu recorte crítico da colonialidade como instrumento para fomentar um estudo mais amplo, assim como lançar luz acerca da influência do conceito de razão, apontado por estes autores, e sua importância no mundo contemporâneo e, sem dúvida, na educação.

O objetivo primário deste trabalho se concentra em analisar o conceito de razão segundo Achille Mbembe e Paulo Freire, como produto de uma hermenêutica

do fenômeno – eurocentrismo e Razão - retomado nas reflexões que estes fazem em tópicos como o substantivo negro (em Mbembe) e a teoria da ação antidualógica (em Freire), assim como suas implicações para o campo educacional. Como objetivos secundários analisar e refletir características filosóficas na relação ensino - aprendizagem, apresentadas pelos autores, sobretudo Paulo Freire que corroboram a colonialidade como paradigma e analisar o papel do entendimento distorcido do “outro” como característica crônica nas sociedades coloniais e endêmica no corpo teórico que costuma fundamentar a Educação.

Ao ler os textos *Crítica da Razão Negra* e *Pedagogia do Oprimido*, além de referências secundárias como o livro de ensaios “A Origem dos Outros” de Toni Morrison, entre outros, nota-se a relevância do tema, que trata do horizonte de um novo paradigma de si e de mundo. Paradigma crítico acerca da colonialidade que ainda hoje permeia os meios acadêmicos, a cultura e a educação como um todo, justificando essa pesquisa bibliográfica e sua importância. Este Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em quatro capítulos e nas considerações finais. Divisão que traduz a tentativa de organização mais ou menos sistemática das reflexões feitas durante a pesquisa bibliográfica.

O primeiro capítulo “A Razão e a história, a criação da Ficção” abarca a apresentação do tema por meio de uma contextualização em torno da definição usual de Razão, em seguida o conceito de Razão Negra em sua primeira conotação, denominada “Primeira Escrita”. No capítulo dois, “O Outro enquanto fundamento da Razão” uma parte importante desta primeira escrita europeia no mundo é vista, a maneira de lidar com o “Outro” e a criação mesma deste paradigma de alteridade. Esse eixo conceitual de Razão Negra é traçado nestes primeiros capítulos até sua conclusão no capítulo três onde é apresentada a segunda parte desta escrita, com o título “A segunda Escrita”. Embora em cada capítulo haja uma inserção das problemáticas numa reflexão da Educação, é no quarto capítulo que diretamente as “Implicações” são tratadas. Este, denominado “Implicações Razão e Educação e a Razão Freiriana, conteúdo da Ação Antidualógica”. Na conclusão tece-se as importantes considerações finais enumerando as relações entre os conceitos apresentados no texto.

1. A RAZÃO E A HISTÓRIA, A CRIAÇÃO DA FICÇÃO

Há sobre a educação brasileira a forte influência desse regime de saber (e de poder), sob uma ideia de destino para o progresso em que aquele que domina impõe aos grupos dominados padrões de afirmação identitária fundamentados em seus próprios valores civilizatórios, através de uma ficção em torno da delirante ideia de raça, e abolindo a possibilidade das múltiplas identidades desses grupos. São objetivos deste trabalho, após identificar os danos explícitos — colonização, escravidão, segregação, racismo — e os processos históricos de formação do conceito de Razão, propor contribuições teórico-metodológicas para uma educação pós-colonizadora enviesada para a humanização e para o Ser mais enquanto categorias essenciais, embora negadas para o sujeito racializado, produto direto do colonialismo. Se faz necessário, após os vencidos contarem a história, escová-la a contrapelo, tal como afirmava o filósofo Walter Benjamin.

O livro “Crítica da Razão Negra” reconta o entendimento de razão neste texto crucial para a revista da história, contribuindo para atender as demandas contemporâneas e ajustar o entendimento reflexivo e filosófico sobre os movimentos em foco como a violência, o racismo, o modo de ser moderno, a reparação e a identidade. Embora em alguns momentos tais demandas estarão sob escrutínio e críticas. A leitura de Paulo Freire, usando um método comparativo tão próprio do educador, também se faz crucial para a composição das reflexões filosóficas suscitadas neste texto.

A humanidade prosseguira em sua marcha pelas páginas redentoras e cavalheirescas da História, afirmando-se pelo uso exploratório, extrativista e propagandístico da **razão**. É possível entrever, no entanto, por trás dessa marcha, que a razão, em suas conotações messiânicas, se tornou uma forma hierarquizada e seletiva de estar no mundo. Norteou uma verdade que tinha a Europa e seus conquistadores intrépidos como o centro das realizações ditas “universais”, “puras” e, ainda, as chamadas “civilizadoras”. Em contrapartida estava o “diferente”, o “selvagem”, o “impuro” e ainda o “outro”. Nesta última categoria, que, afinal, abarca a definição de todas as demais, está o resto do mundo.

Os conceitos de Sujeito e o Conceito de Razão são categorias que tiveram diversas interpretações ao longo da caminhada ocidental do pensar. No entanto, é nitidamente na era Moderna, com o advento de um antropocentrismo e de certa

liberdade do pensamento com relação ao mito e à religião, que tais noções complementares acabam por se aglutinar, até mesmo se confundir. A virada do momento era a segurança de que [que] no humano, e para ser considerado humano, estava a razão como fundamento mesmo da existência. Uma capacidade que o diferenciava dos animais e o punha acima dos rumos da terra e da natureza. A racionalidade é o fundamento e a identidade de tudo que estiver mais próximo da humanidade e de seu destino histórico.

Para Mbembe a noção de “Razão” confunde-se com a própria maneira de o europeu ver-se no mundo sob uma “lógica de autoficção, de autocontemplação”, como se a existência fosse apenas olhar-se em seu próprio espelho, de modo que é imprescindível a compreensão das consequências dessa “lógica”, o amálgama chamado racismo que é fruto da mistura das palavras “negro” e “raça” dentro de todo o imaginário ocidental. Nessa perspectiva o outro, o diverso, o diferente não é senão uma criação, uma realidade possível apenas sob sua própria interpretação. É nesse ponto que a Europa descobre (cria) as palavras “Raça” e “Negro” – e “África”. E é na primeira relação com o continente africano que ela funda a construção de um novo modo de ver e existir, de uma nova “presença aí”, só possível se rotulada e racializada. Cria-se o seu delírio da raça.

Essas duas designações são descritas como (MBEMBE, 2018, p.12)

“Designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolos de intensidade crua e de repulsa, a aparição de um e de outra no saber e no discurso modernos sobre o homem (e, por consequência, sobre o "humanismo" e a "humanidade") foi, se não simultâneo, pelo menos paralelo; e, desde o início do século XVIII, constituíram ambos o subsolo (inconfesso e muitas vezes negado), ou melhor, o complexo nuclear a partir do qual se difundiu o projeto moderno de conhecimento – mas também de governo.”

Freire, por sua vez, em sua enérgica fala vinda do exílio em terras latino-americanas, reconhece a educação como mola propulsora de um porvir mais igual. Reconhece, no entanto, o lugar tradicionalmente estabelecido do sistema de ensino como condicionante de uma histórica relação de dominação. Não por acaso, a razão é explicada, a partir de Paulo Freire, da seguinte maneira: “Porque não feneceram as elites dominadoras ao não pensarem com as massas: Exatamente porque estas são o seu contrário antagônico, a sua razão na afirmação de Hegel” (FREIRE, 2009, P.000)

Assim, redescoberta e eternizada por Kant e Hegel, a razão, signo de todo pensamento e trabalho ocidental, é retomada na contemporaneidade na paráfrase de Mbembe, quando intitula seu livro “Crítica da Razão Negra”. Para fins de estudos contemporâneos, justifica-se a investigação sobre o uso desta expressão “Razão Negra”, a fim de tentar compreender o todo da surpreendente obra do camaronense. Deve-se tomar todo cuidado ao situar o texto como uma obra a mais dentro da literatura dos estudos decoloniais, embora constitua uma iniciativa decolonizadora - segundo prescrição do próprio autor no seu entendimento de que o texto continuaria no mesmo paradigma teórico-existencial e epistemológico daquilo que critica: a colonização. Crítica da Razão Negra pode ser visto, então, como a sugestão de um novo paradigma. Paradigma este que não propõe nenhuma reviravolta a princípio ou apenas, mas uma sutil e poderosa maneira nova de ver as coisas, abrangendo a história, o sujeito, a própria colonialidade, a educação, o negro e a África. Essa nova forma, no entanto, revela o que ainda não foi visto, aquilo que não foi contado e quer permanecer perfeitamente escondido, mas com urgente necessidade de estudo e escrutínio.

1. 1. Primeira Escrita do Conceito de Razão Negra

A História não é uma narrativa linear, composta por fatos cuidadosamente baseados em vestígios. Primeiro porque a memória, traiçoeira e inconstante, adolescente sempre em passagem, sempre em movimento, costuma enganar conforme o estar presente convoca. Segundo, porque ela é escrita de acordo com uma narrativa. E essa história é o alvo de estudos do historiador Achille Mbembe. Esta história não é a materialização de uma epopeia do homem expressa nas civilizações. Saber capitaneado pela racionalidade de seus escolhidos, tem o seu clímax nos tempos modernos, na era científica. Esta história é um texto. Uma narrativa argumentativa em camadas, texto sobre texto, subtexto sob textos e, sobretudo, desvelando um texto maior, uma vontade complexa implícita, mas constante e viva sobre ações dessa parte constitutiva de tudo que vemos à nossa volta, denominado época moderna.

Mbembe e Freire entendem o homem como um sujeito em transição. Em busca da materialidade do porvir, seu espírito tem como substância essencial o devir. Freire descreve em sua obra, que pretendem encarcerar como um manual de

pedagogia prática, erroneamente, que o humano é um ser com uma vocação ontológica de “ser mais”. Este “ser mais” dialoga precisamente com o capítulo final da “CRÍTICA DA RAZÃO NEGRA”, onde Mbembe afirma que “humanidade” é o conceito sem o qual o mundo em si não significa nada. Sem ela, o mundo está reduzido à sua coisidade. Ou seja, a realidade é definida pelo encontro com o outro.

Durante as chamadas “Grandes Navegações”, enquanto as nações habitavam este mundo descobrindo e praticando sua escrita, a Europa encontrou um gigantesco compilado excitante, exuberante e diversificado de “outros”. Um encontro assim é uma possibilidade imperdível de escrita de si mesmo. Uma potência de troca de potencialidades em que ambas as partes, num entrecruzamento febril de realizações, tecnologias e saberes poderiam realizar uma página inconfundível da história. Não foi desse jeito que isto se deu. Ao abrir a cortina do desconhecido, o sujeito europeu adotou uma tendência de continuar se relacionando apenas consigo mesmo, tornando a figura diferente à sua frente uma criação relacionada a uma noção autofictícia desse *si mesmo*. Começou a escrever sobre si nesse ricochete de esquemas que buscam a construção de uma identidade, sempre em perspectiva e nunca admitindo a existência do outro, um protagonismo que nunca poderia ser compartilhado. No pensamento, buscaram afirmar raízes, decantar origens dos vestígios de que dispunham. Sua história se povoou de “primeiros”, de “criadores” e “inventores”, sua sacralidade se tornou distante e formal. A Grécia foi escolhida como berço, a repetição do classicismo nas escritas de si se torna cada vez mais constante e evidente, nada além deles é único, senão exótico. Nessa perspectiva, o outro não há, o corpo e o ser são reduzidos a uma “ficção de cariz biológico”. O autor aponta como um delírio esta escrita de si psicoafetiva (MBEMBE, 2018, pág.12):

“A que se deve então este delírio, e quais as suas manifestações mais elementares? Primeiro, deve-se ao facto de o Negro ser aquele (ou ainda aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. Em qualquer lado onde apareça, o Negro liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que tem abalado o próprio sistema racional.”

E ainda (MBEMBE, 2018, pág.26):

Vista em profundidade, a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas

sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer

A partícula raça aparentou-se com o ser ocidental e o definiu formando-o em um conjunto de ações de afirmação desta escrita no mundo.

O contato com os africanos no cerne da Idade Moderna se deu na relação colonial, precisamente no modo de produção colonial. Esse modo de produção se alimentava de uma política essencial ou ainda embrionária caracterizada pela estatização do biológico, ou mesmo precificação da vida. A este “outro” africano foi dada a designação de homem-moeda, homem objeto, conforme avalia Mbembe, ao se tentar provar o suposto direito civilizador do europeu sobre este ser colonizado, segundo uma já definida tradição metafísica ocidental que dizia que o ser humano estava definido com base na razão e na linguagem. A razão, especialmente sendo lida como a característica universal, essência de todo gênero humano, era provedora da liberdade e dos princípios morais (MBEMBE, 2018) e conferiria a autonomia sobre os corpos de seus supostos possuidores. Teriam os negros e africanos esta razão? Até que ponto?

Havia, pelo menos, três respostas. A primeira era uma diferença baseada na falta de história dos negros. Não tendo história, não tinham linhas de pensamento sistematizadas, não tinham leis e a centralidade era o corpo. Na época do abolicionismo este negro surgia ainda como um ser à parte, mas um ser em que cabia ser corrigido, embora com características próprias, segundo uma ciência colonial (MBEMBE, 2018). Por último, a ideia de que sua humanidade poderia ser conquistada se se entregasse à assimilação. Aqui, a educação se interpõe como mediadora para a constituição do estatuto de sujeito autônomo, capaz de exercer sua “faculdade precipuamente humana que é a razão”, e assim herdeiro de direitos civis. Poderia um pensador como Freire, que põe a educação nesse patamar de transformadora do mundo, estar em consonância com essa visão de mundo que vê os oprimidos, os “condenados”, como quase humanos? A noção tão preciosa de sua obra – a vocação ontológica de “ser mais” – poderia ser reduzida a simples e abstrata humanidade? Será possível ver isso mais adiante.

Apropriados desta maneira de se relacionar, onde a violência é só contra o corpo e um corpo menor e estranho, onde a humanidade precisa ser merecida ou, ainda, aprendida, é que formamos a contemporaneidade. A estatização do outro e a valoração do ser humano em conjunto com o objeto, como moeda de troca, se aprofundam na pós-modernidade.

Mbembe traz uma robustez filosófica no seu texto ao rebuscar esse entendimento que os colonizadores têm de si, os quais ressignificaram todas as sociedades que tocaram. E fizeram isto propositadamente. Essa resposta, que dialoga com o discurso antirracista, se avizinha daquela que se pede para um negro que pratica racismo. Não pode se redimir nem tampouco deixar de entender seu papel de vítima nesse poderoso aparato histórico conceitual que é a existência sob essa razão racializada. Mbembe situa este conceito com maestria como algo aquém da consciência, mas além do inconsciente. Este é o perigo dessa escrita. Conforme vemos no texto a seguir, esta é a primeira parte de um conceito maior, uma primeira escrita deste conceito de Razão Negra, conforme aponta o autor (MBEMBE, 2018, P.27):

As páginas que se seguem serão então dedicadas à razão negra. Por este termo ambíguo e polêmico, designamos várias coisas ao mesmo tempo: imagens do saber; um modelo de exploração e depredação; um paradigma da submissão e das modalidades da sua superação, e, por fim, um complexo psico-onírico. Esta espécie de enorme jaula, na verdade uma complexa rede de desdobramentos, de incertezas e de equívocos tem a raça como armação.

Mbembe ainda afirma que este é o texto da vida que se modifica com o tempo, e ainda, multifacetado, disforme, divergente e contraditório (MBEMBE, 2018, P.62).

Ao criar um mundo em torno de uma ideia de razão que universalizava o sujeito europeu em detrimento do reconhecimento da humanidade dos demais povos que habitam o mundo, o colonizador também acaba por criar relações que se sustentam apenas sobre uma dialética de raças. O sujeito deste mundo é inexoravelmente um sujeito racial. Assim define suas interações sociais, suas relações econômicas – que sempre tiveram por base e parte necessária a exploração racial, da qual esse sujeito é vítima. Isto em torno de ficções. Ficções engenhosas como a da palavra “negro”. Aliás, a Razão Negra, fundante do nosso projeto de civilização, se baseou em dois significantes que bem se encaixaram no signo RAÇA: **negro** e **África**. E precisam aqui ser retomados em função deste

conceito. São esses termos os que mais sofreram reveses na história. E é sobretudo através destes reveses que podemos perceber as implicações desta razão numa profícua reflexão sobre o termo negro, entendendo inicialmente que estes são termos vazios e ficcionais.

É Alexis de Tocqueville quem primeiro vai notar e espargir a dúvida sobre a complexidade da questão do negro na diáspora americana. O francês entendeu ter encontrado na América a molécula estruturante do novo mundo – o ideal de democracia que a Europa deveria copiar e nele espelhar-se. Formulou uma máxima em seus estudos: você poderia tornar um homem negro livre, mas nunca conseguiria, diante do descendente do europeu, que ele não continuasse na posição de um estrangeiro. Tal como para os povos romanos, o estrangeiro era, para esse descendente de europeu, o equivalente ao bárbaro, aqui adaptado literalmente para o selvagem. O cativo o embrutecia marcando-o para sempre, mas a liberdade o faria perecer (MBEMBE, 2018, pág.151). O signo do negro era uma reiteração constante da escravidão, essa reluzente metafísica impregnada na sua existência mesmo quando lhe era dada a liberdade. Um regime despótico obrigaria o negro a se misturar ou ele deveria se isolar de vez para vencer o contrassenso: escravidão x democracia, e o negro retornar ao seu lugar de origem. Era um novo mundo, o dessa democracia, mas o negro era um significante inquietante e assombroso neste mundo, suscitando temor, violência e opróbrio.

Para as vozes negras, nenhuma clareza fora acrescentada a este signo. Não servia sequer para unir africanos, americanos e caribenhos, por exemplo. Na América os negros constituíram uma subcultura própria, que ora entendia que a diáspora para a África era a resposta; ora buscava uma definição própria de sua realidade na América, recusando a menor afiliação às nações africanas. Os que partiam para a África descreviam seus encontros com o africano como um encontro com um “outrem”. Proclamavam ainda a necessidade de os africanos precisarem dos negros americanos para sua introdução na civilização. São vozes e enunciados preocupantes que contribuíram para a consolidação do sujeito racial. O ápice do pertencimento a uma humanidade própria é a luta pelos “Civil Rights” nos Estados Unidos, movimento que buscou elevar a subcidadania herdada pelos negros a uma cidadania, construção histórica da identidade norte-americana.

Com todos os componentes envolvidos acima se escreveu a primeira escrita deste conceito maior, a Razão Negra.

2. O OUTRO ENQUANTO FUNDAMENTO DA RAZÃO OCIDENTAL

A escritora Toni Morrison, em seu raro livro de ensaios “A origem dos outros”, chama esse processo de outremização do outro, intrincado inexoravelmente à racialização histórica das relações perpetrada pelas sociedades ocidentais. O outro é aquilo que está além da minha identidade, coisa estranha sobre o que não só não entendo como gostaria que saísse da minha frente sem mais sobressaltos, que não me perturbasse. Não é meu irmão, é um não meu povo.

Sobre essa ideia do outro, Toni Morrison, escritora americana em seu ensaio “Romantizando a Escravidão”, diz (MORRISON 2019, pag.15):

O que é a raça (além de imaginação genética) e por que ela tem importância? Uma vez seus parâmetros conhecidos, definidos (caso seja possível), que comportamento ela exige/encoraja? Raça é a classificação de uma espécie, e nós somos a raça humana, ponto-final. O que é então essa outra coisa, a hostilidade, o racismo social, a Outremização? Qual a natureza do conforto proporcionado pela Outremização, de sua atração, de seu poder (social, psicológico ou econômico)?

Ou seja, o outro precisava ser fabricado através de hierarquizações e diferenças nas comunidades humanas. São dissimulações e certezas pseudocientíficas, ou mesmo arraigadas no senso comum que perpetuam e sustentam todo um aparato de dominação, como é o caso do fazer colonial. A Literatura, como parte do fazer humano, cumpre o papel de criar a identidade de um povo ou povos. O de cultivar seus anseios de coletividade e identificação, de erigir suas escolhas para a representatividade. E é nela que a autora Toni Morrison percebe a ideação de raça em pleno movimento na busca de outremizar o sujeito racializado. A autora imaginou a humanidade na sua origem, enquanto o ser humano saía das cavernas para escrever a vida no lado de fora, dentro da complicada formação humana denominada sociedade. Concebeu a proteção do ninho, a caça em bando, fortalecendo laços de identidade na busca por comida, como características legitimamente biológicas (MORRISON, 2019, pág.23), porém ressalta a assinatura humana e histórica desse comportamento: a de separar os não pertencentes ao seu clã, declarar guerra ao entendê-los como inimigos, mas

acrescenta o quanto que, ao longo dos anos, a raça tem sido o parâmetro de diferenciação, de identificação desse inimigo.

2.1. Educar o outro

Ao estudar o livro de um médico eugenista americano, Samuel Cartwright, analisa as deduções do médico: negros não teriam capacidades mentais suficientes para receber “cultura moral” e “instrução religiosa”, a não ser em certa medida e com forte influência do homem branco em um regime de autoridade. O médico ainda afirmava que o negro passava a vida dormindo, assim, não respirava ar suficiente por não fazer exercícios físicos, tendo capacidades físicas reduzidas. A escravidão, seguida do trabalho forçado, era o que proporcionaria o exercício físico necessário, de modo a fortalecê-lo no corpo e na mente para ter a saúde necessária. Não era, pois, uma bênção que os seus senhores o mantivessem escravo? Para ele ninguém perdia, senão que a escravatura era, na verdade, uma relação de reciprocidade e generosidade do homem branco civilizado para com este outro indolente, cansado e inculto.

Para a autora, essa instrução trazida pelo branco civilizado tinha seu mais especial braço na literatura, como reduto da tarefa de revelação e definição de si, que cumpriria um papel pedagógico. Afinal, segundo a autora (MORRISON, 2019, pag.16)

Como uma pessoa se torna racista, ou sexista? Já que ninguém nasce racista, e tampouco existe qualquer predisposição fetal ao sexismo, aprende-se a Outremização não por meio do discurso ou da instrução, mas pelo exemplo.”

Ou seja, era necessário o rebuscamento desse encontro entre o branco e o negro. O comércio de escravos certamente era visto como um coisa ruim, a escravidão, com certeza, doía nos sentidos dos escravocratas pela simples equação que nos apresenta a autora: nenhum senhor de escravo gostaria de ser escravizado, nenhum escravizado iria, feliz, ser vendido para o trabalho, pelo contrário, algumas vezes os negros escravizados preferiam o suicídio ao cativo. A escravidão era óbvia enquanto degradação e violência. Sua manutenção necessitaria constantemente de violência, mas também de um outro fator importante, a romantização.

Toni Morrison analisa literaturas abolicionistas e não abolicionistas que retratam a escravidão de maneira romantizada para tornar palatável a aceitação da humanidade do negro. Uma espécie de não violência que, à esguelha de sua lógica, parece movimentar mais violência do que quadros explícitos. Para finalizar o seu ensaio, a autora fala sobre o tão precioso ideal americano. Um aparato ideológico composto pela saga do povo americano, pela marca do nacionalismo ancorado na prosperidade de uma unidade étnica composta por ideais em volta de uma carta magna salvadora, cujos redentores foram os grandes nomes da história americana. Em seu garimpo, debruçada sobre o texto de Jolie A. Sheffer, “The Romance of Race”, ela crava que a definição própria para americanidade é, na verdade, apenas uma: a cor da pele. O estudo dizia que os imigrantes europeus que vieram para os Estados Unidos da América, embora judeus, católicos e ortodoxos em sua maioria, pois vindos constantemente do leste europeu, buscavam abandonar suas raízes e não desafiaram os grupos hegemônicos já consolidados deste lado do oceano, ou seja, entenderam que apenas era necessário integrar a maioria branca e não se juntar de modo nenhum ao negro, para serem bem aceitos dentro da sociedade civil americana. Participar ativamente da outremização, essa era a cláusula que determinava o pertencimento.

3. A SEGUNDA ESCRITA

Não ficará completo o conceito de Razão Negra sem a segunda parte de seu conteúdo. Mbembe anuncia de maneira contundente qual é a “experiência fundamental da nossa época”: a Europa já não é mais o centro do mundo. E esta não é uma permuta de centralidade em que o eixo político, cultural e filosófico será “puxado” e fixado em qualquer outro lugar mais digno dos privilégios da leitura, criação da metafísica, universalização do real. Não é uma permuta, essa não é a vocação da negritude, nem mesmo do continente africano, é uma pergunta, afinal (MBEMBE, 2018, pág.11):

“De resto, se tal revelação nos é graciosamente concedida, se ela suscita perplexidade ou se, em vez disso, mergulha-nos num tormento, uma coisa é certa: esse dismantelamento, também ele carregado de perigos, abre novas possibilidades para o pensamento crítico, e isso é parte do que tentaremos examinar neste ensaio.”

Mais do que perceber um novo mundo, é pensar um novo mundo, principalmente depois de frangalhos de uma quebra de paradigma de centenas de anos.

Para um estudioso da obra de Mbembe, é isso que importa: pensar as estruturas numa perspectiva universal e histórica como método, atentando para os significados e os signos, mas, antes de tudo, para a nossa própria experiência. No pensamento de Mbembe cabem os sujeitos da contemporaneidade em suas apreensões próprias, a exemplo da classe dos endividados enquanto constituintes obrigatórios dessa mutação do capitalismo.

Importante verificar que na obra de Mbembe o substantivo negro, sujeito fabricado, antes de tudo, por uma autoficção em volta do sujeito, é criação do sujeito racial enquanto paradigma mesmo da modernidade. Esse sujeito é implicado por destituições que o criam fundamentalmente, tal como a destituição de seus “matizes do possível, que são o futuro e o tempo” (MBEMBE, 2018, pág.11), de modo que, no primeiro capitalismo, o da escravidão, essas duas categorias foram retiradas. Mas, no século XIX, no bojo do movimento abolicionista, e a seguir, no XX, na luta pelos direitos civis, das irrupções contra-coloniais africanas, se abre uma perspectiva muitas vezes esquecida por movimentos no mundo: agora que o substantivo negro não está intrínseco à condição de escravidão e nem tão necessariamente ligado à África, ocorrendo em cada parte em que aparecem experiências distintas, o que será dele?

Somente pelo fato de estar pensando sobre si mesmo, o sujeito racial criou uma nova abordagem de si e do mundo. A toda essa forma de pensar-se e de apanhar de volta o seu futuro, escrever suas histórias e a crítica dos seus processos de apagamento, tanto em perceber-se “terra arrasada”, quanto em se pôr em movimento de plantio sobre ela, Mbembe denomina “Segunda Escrita” da Razão Negra.

Com a “inexistência” ou mutação das categorias como “escravidão” e “apartheid”, ama de leite, mucama, escravo de ganho, “crioulo”, vadio, entre outras, ocorre o esvaziamento do que é o negro; com a queda da eugenia, açambarcando a centralidade da Europa, vão embora os significados que dão vida às palavras “negro” e “raça”. Que não se esvaziaram completamente de vida, mas se encheram da possibilidade de vida, carregando-se de signos outros, de potências diversas.

Esta segunda escrita teve diversas performances (e as têm) ao longo de seu movimento. Entre abolicionistas e tomada de poder, Mbembe esclarece a forma como o sujeito racial é revisitado na modernidade, na arte, no chamado “discurso estético”.

Ao redor das culturas e do território africano se fixou uma semântica do exotismo, da magia e do mistério. O discurso estético, a partir do século XX, acaba por fixar a referência ao continente africano e tudo que dele deriva como a terra da diferença, categoria colonial. A Europa no pós-guerra, diante da exaustão do mundo positivista, espaço matemático, desértico para o espírito e cheio de apreensões, renomeou a África como lugar da retomada do espiritual, do retorno a um período místico da existência, de apego à terra, da ausência de culpa, do desejo antropológico do ritual, da festa e da euforia. O soul e o jazz são trazidos para a cena. O abismo entre central e exótico é consolidado. O surrealismo de Breton tratava de “resolver a contradição até agora vigente entre sonho e realidade, pela criação de uma realidade absoluta, uma supra realidade” (ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024.). Era uma luta clara contra o retorno da ordem do pós-guerra, uma crítica ao cubismo e ao progressismo do positivismo e suas tendências. O primitivismo era uma alternativa, e onde ele estaria presente senão no exótico “modelo negro”? (MBEMBE, 2018, pág.83).

É necessário perceber que essa tomada da arte com referenciais africanos, em contexto diaspórico, não deu à cultura negra e africana um lugar privilegiado. Nenhuma valorização desta enquanto pertença, lugar de troca, nenhuma necessidade, usando termos do início do século XX, antropofágica. Está implícita a reavaliação que tende a entender essa contribuição como vinda de um selvagem que tem um universo próprio, não lógico, “pré-lógico”, pois neste ponto “*A raça branca seria a única a possuir vontade e capacidade de construir um percurso histórico. A raça negra, especificamente, não teria nem vida, nem vontade, nem energia própria*” (MBEMBE, 2018, pg. 85)

A África seria o lugar de uma civilização atrasada, na infância do mundo. E, em comparação ao mundo amadurecido, imersa em uma grande noite. De dentro desse pântano sobre o qual o homem branco pode andar, mas de que deve se desvencilhar em seguida, limpando-se, surge o revestimento da sensualidade, do imaginário do corpo que não seja o europeu, pois que lugar do sagrado.

Nessa fase vemos a mais complexa e polêmica análise de Mbembe quando se indispõe com essa crítica anticolonial estética e vanguardista, aliada primeira do trotskismo dos anarquistas, que acaba por recuperar os mitos e estereótipos que tenta subverter, conforme (MBEMBE, 2018, pág. 85)

“(...) essa crítica estética do colonialismo não rompeu totalmente com o mito da existência de ‘povos superiores’ – e, por decorrência, com a ameaça ou a mania de degenerescência ou a possibilidade de regeneração. Não ganhou distância o bastante em relação à ideia segundo a qual o ‘sangue negro’ desempenharia um papel central no despertar da imaginação e do gênio artístico. Sob várias formas, a temática do esgotamento das civilizações ou ainda da oposição entre o vigor dos selvagens e o sangue exausto dos civilizados atravessa as concepções de arte entre 1890 e 1945”

Há, sem dúvida, uma crítica anticolonial estética de vanguarda, principalmente entre os anarquistas, mas, ao imaginar um negro mais propenso às artes que à ciência, à rua que aos espaços formais, mais intenso, menos centrado e, portanto, pensante, acaba por recuperar signos profundamente coloniais e criar uma cultura imagética ainda racista, ainda excludente.

Nos “poetas da Negritude”, embora não se recaia no embaraço de remeter o substantivo “negro” à vaziez, ao que deve ser preenchido, há uma lacuna aberta. O negro se transforma em “arma milagrosa”. Meio de solidificação da identidade e ereção de um si mesmo, idioma comum por meio do conceito de Negritude.

3.1 Aimé Césaire, Fanon

Ao movimento que propõe boa parte dos pensadores da descolonização, é possível dizer que persevera num imperativo de reverter este mundo da ordem em que está; enquanto, para Mbembe, o imperativo é converter este mundo a um paradigma novo (MBEMBE, 2018, pág. 280).

“O seu (de Frantz Fanon) foi, essencialmente, um pensamento em situação, que provinha de uma experiência vivida, em curso, instável, mutável; uma experiência-limite, arriscada, na qual, com a consciência aberta, o sujeito que refletia punha em jogo a sua própria história, a sua própria vida, o seu próprio nome, em nome do povo anunciado que nascia. Assim, na lógica fanoniana, pensar significa

caminhar com outros em direção a um mundo que, interminável e irreversivelmente, seria criado na luta e por meio da luta”

Na análise de Mbembe, este novo nascer tem estas duas vertentes, originadas das principais características do pensamento de Fanon. Primeiro, ele afirma que o pensamento de Fanon é um pensamento “em situação” pois nasce das experiências imbrincadas a práxis. É de dentro do contexto histórico da Guerra Argelina que nascem as apreensões e contatos empíricos com diversas formas de violência de matriz colonial. Segundo, afirma ser esse pensamento metamórfico, pois cabe em qualquer lugar onde ocorrem violências raciais.

De dentro da guerra da Argélia e do ápice de um estado de exceção exacerbado, evidentemente racista, ou em qualquer lugar do mundo em que a essência da colonização (e do Estado moderno) impõe-se violentando para conquistar, violentando para instaurar e para permanecer, nasce uma nova maneira de olhar o sujeito.

Fanon faz perceber o quanto o “político” é uma notação psíquica, ou seja, traz à tona a subjetividade do colonizado como palco principal da história colonial. O “político” constitui lugares vazios, a linguagem que traz a sua respectiva *Ânima*.

Dessa violência tripla, que em “Crítica da Razão Negra” Mbembe chama “violência soberana”, imbuída em “talhar” o colonizado no corpo e na consciência, se desencadeava uma cólera interior, advinda de uma vivência de incompletude e que encurralava o ser diante do seu triste devir, violências múltiplas e cumulativas. A forma única, encontrada na situação de encurralamento, é a violência do colonizado. Poucas vezes essa violência possuiu aparato de Estado, armadura e tecnologia. A colonização já havia captado tudo isso para o opressor. É uma violência que se constitui no “dar a entender que está preparado para defender sua vida” (MBEMBE, 2018, pág. 288). Dar a morte como oferta àquele que se pronuncia e estabelece por meio da morte e do aniquilamento. Mas, em meio a isto, produzir vida. Curar, repor e cuidar dos seus e das suas.

Esta teoria fanoniana possui perguntas a serem respondidas sem dúvida, mas, por ser um pensamento em situação e metamórfico, que autoriza a resposta a partir de uma clínica da consciência do colonizado, ela se impõe como voz perfeita dessa segunda escrita da Razão Negra. Para o autor de “Crítica da Razão Negra”,

essa teoria fanoniana não faz sentido se não estiver no quadro mais geral, o de “elevação em humanidade”, que consiste (MBEMBE, 2018, pág. 290):

“(...) para o colonizado em se transportar, pela sua própria força, até um lugar mais cimeiro do que aquele que lhe foi consignado, de acordo com a raça ou como consequência da submissão. O homem subjugado, ajoelhado e condenado ao grito, volta a agarrar-se a si mesmo, sobe a ladeira e ergue-se à sua altura e à dos outros homens, se preciso for pela violência — aquilo a que Fanon chamava ‘práxis absoluta’”

No fim dessa escalada a humanidade é reaberta, do lugar da história contada pelo pesquisador nasce o novo e livre diálogo entre dois sujeitos iguais, duas subjetividades equânimes, quebra-se o elo que dizia homem x seu objeto – colono e colonizado, branco e preto. Deparando-se, ambos, diante de um só mundo, herdado por ambos.

Como fazer, então, objetivamente, embora para efeitos mais profundos de subjetividade, esse rompimento? Ora, o entendimento da ação dialógica e sua contraparte, a ação antidialógica, abre espaço para uma ferramenta nova e antiga, posto que contínua, no pensamento de Paulo Freire.

4 IMPLICAÇÕES RAZÃO E EDUCAÇÃO E A RAZÃO FREIRIANA, CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO ANTIDIALÓGICA

Não é possível entender o conceito de razão, no contexto de formação de um pensamento pós-colonial, fora de um anseio por um devir, fora de uma perspectiva de virar a página, ou seja, fora de uma perspectiva filosófica prática.

Essa filosofia prática da não Razão Negra precisa ser apreendida pelo mundo. No lugar onde está a escrita de si e do outro, essa velha escrita ocupava o lugar de excelência: a educação. Freire não discute abertamente em *Pedagogia do Oprimido* as categorias colonialismo ou racismo, no entanto, o autor põe na discussão suas categorias oprimido, opressor, Educação Bancária, Pedagogia do Oprimido (ou seria da Libertação?). A **razão** que Freire apresenta é o conteúdo de uma prática que muito seguramente o filósofo expõe e esmiúça em seus escritos revolucionários, a educação como prática de opressão e libertação, ou seja, a relação ensino/aprendizagem em suas práticas antidialógica e dialógica. Um diálogo, propriamente dito, é justamente a garantia de que os interlocutores se veem

enquanto iguais. Na colonização, o contato colonizador/colonizado, embora pareça nas representações da história corrente como dócil, complacente e até ingênuo, tinha como alvo principal e único a afirmação da humanidade de um pelo apagamento da humanidade do outro. Essas características do pensamento freiriano, tão próximas às críticas descolonizadoras, aparentam descrever severamente os processos de colonização em uma dissecação que mostra o quanto a educação é central nessa caminhada histórica da produção das violências que caracterizam as relações contemporâneas.

Paulo Freire afirma (FREIRE, 2005, pág.82):

Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos.

Ao elaborar o conceito de realidade parcializada, Freire ratifica a noção de ficção “recriadora” da realidade presente semelhante à da primeira escrita da Razão Negra. Uma realização que serve à opressão, nascida do afã do opressor na implantação da relação opressora como práxis e como visão de mundo.

Em seguida, e a partir daí, Freire localiza a teoria da ação antidialógica no domínio da prática da linguagem, demonstrando a importância central, quando falamos de mundo e cultura, da **palavra** enquanto matriz da própria realidade e, claro, crucial no processo de dominação. Neste ponto, Freire e Mbembe mais uma vez se tocam quando se observa a centralidade da argumentação histórica sobre a vagueza e constante preenchimento do substantivo negro ao longo da história. Em Pedagogia do oprimido, ao explicar a educação como prática de liberdade, Freire afirma que “Quando tentamos um adentramento no diálogo como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra.” (FREIRE, 2005, pág. 109). Essa palavra corre o perigo de ser ficção, pois o filósofo fala sobre a palavra verdadeira, em razão de haver a falsa. Essa verdadeira é a própria ideia de práxis na sua função de transformar o mundo, assim como algo que não pode ser encarcerado como privilégio de alguns, mas direito de todos. E com seu pensamento visceral em busca da coletividade transformadora, contra toda forma de hegemonia e universalização, afirma que ninguém pode dizer essa palavra

verdadeira sozinho, mas em diálogo. A palavra verdadeira não é uma prescrição, nem pode ser prescrita. Ela é viva no diálogo; ela não coloniza os interlocutores.

Paulo Freire, o libertário, em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, localiza o espaço da **razão** como um espaço novamente dual, mas muito mais antagonizado. Luta de oostos cuja cena principal de embate é a relação ensino-aprendizagem. A ação antidualógica e a ação dialógica. A ação antidualógica, a propriamente colonial, é, para atualizá-la, colonizadora, pois se estrutura sobre os seguintes tópicos: conquista, divisão, manipulação e invasão cultural.

O sujeito freiriano é um sujeito que está para acontecer, um devir tencionado para uma vocação. Essa vocação não é explicada por Freire, não tem origens e por quês, não é dita como uma nova noção de natureza humana e certamente não tem uma intenção de ser um conceito acabado, visto que, na verdade, é uma abertura infinita. Justamente Mbembe aponta para uma “elevação em humanidade” que é um conceito pós-igualdade racial e implosão da racialidade, visando agir sobre a partilha dessa herança que é o mundo. Essa elevação está por vir e abarca o protagonismo do colonizado. É um conceito mais objetivo e fechado. Sobre essa vocação, dentro de seu leque não só podem como devem estar o colonizado e o colonizador, o dominado e o dominador, sob a relação soberana da dialogicidade.

Tendo entendido isto, a crítica da ação antidualógica a caracteriza sob aquelas categorias. O dominador incorpora o antidualógico na sua ação. Assim como em Mbembe, Freire relança a ficção criada após o estranhamento do outro quando o dominador se utiliza da “**conquista**”, ação em que “imprime sua forma ao colonizado”, ao conquistado, que a introjeta e se torna uma figura ambígua – ou, utilizando o léxico de Mbembe, “fantasmagórica”; e, no léxico de Freire, “hospedeiro” do outro. É uma ação necrófila.

Essa opressão é objetiva, onde se rouba a palavra do ser conquistado, sua “expressividade e cultura”. O trabalho a seguir é manter a conquista, introduzindo no conquistado a ideia mitificada de superioridade e dignidade por meio de uma propaganda de admiração pelo seu conquistador. Isso se faz com sedução, aliciamento, aproximação. Esse aliciamento não é uma comunicação que exija reciprocidade, é antes um enunciado, um depósito fundamentalmente criador de uma ideia distorcida do outro.

Depois da conquista, vem a “**divisão para manter a opressão**”, método do dominador, caracterizado pela ênfase localista na educação. Aquela em que os

problemas são apresentados em parte e nunca como dimensão de uma totalidade. É neste momento que Freire dialoga com Mbembe, ao enxergar com um pouco mais de amplitude a dominação como um todo, que aqui, enquanto recorte, é identificada com a colonial, com sua dimensão psicanalítica própria. É na falsa generosidade do opressor que se escondem dimensões de um certo sentimento de culpa, mas que, na verdade, encobre uma pretensão simples de manutenção da ordem, como naquela noção de que os povos africanos tinham “uma humanidade adormecida” (MBEMBE, 2018, pág. 29) passível de ser elevada pelo homem ocidental, o que fazia: *“do empreendimento colonial uma obra fundamentalmente ‘civilizadora’ e ‘humanitária’, cujo corolário de violência não era senão moral”* (MBEMBE, 2018, pág.31)

A ação antidialógica, modus operandi do opressor e, ousamos dizer, da estrutura colonial e colonizadora, se investe de um messianismo que não comemora a união das coletividades, reforçando, enquanto divide, a sua conquista. (FREIRE, 2005, pág. 197). A conquista é necessária, requerida, em nome de uma suposta proteção, a que podemos, por vezes, identificar como o paternalismo. “Desta maneira, para dividir, os necrófilos se nomeiam a si mesmos de biófilos e aos biófilos de necrófilos.” (FREIRE, 2005, pág.197)

Assim, não é quem mata que é o assassino, mas quem não se submete à morte como instrumento persuasivo. Ainda como parte da ação antidialógica está a **manipulação**. Vista em separado por Freire, contempla os fenômenos de dominação em que as “elites dominadoras” se utilizam de pactos com os dominados ou fazem estes mesmos se verem como “privilegiados”. É necessário suspender os dominados da sua tarefa de pensar. A Razão eurocêntrica abriu caminho ao disseminar a “diferença de qualidade entre as raças” (MBEMBE, 2018, pág.119), ou seja, a “temática do sangue” separava nobres e plebeus, serviria também como lógica de separação entre as raças na colonização.

A suspensão da tarefa de pensar exige que a resolução dos problemas lhes seja depositada por vezes diretamente e, por vezes, como se vê no percurso da história recente, por meio de mediação populista. Para Freire, o populismo é este governo híbrido que se veste das massas para atender aos dominadores. Um projeto ambíguo constituído de um amálgama entre oligarquias dominadoras e massas, que aposta muito mais na assistencialização do que no diálogo (FREIRE, 2005, pág.201) e na profundidade necessária e requerida para as mudanças.

Servindo outra vez à perpetuação do ciclo da conquista, como parte da “Ação Antidialógica”.

Por fim, o paralelo entre Razão Negra e Ação Antidialógica estreita-se nesta última característica, **a invasão cultural**. Nesta parte, o léxico freiriano adequa palavras como “invasores”, ao invés de “dominantes” e “elites”, “sociedade matriz, metropolitana” versus “sociedade dependente”, apontando sua crítica direta ao colonialismo, de cujas teorias críticas participa e com as quais estava bem familiarizado. Freire explicita (FREIRE, 2005, pág.218):

“No fundo, invasão é uma forma de dominar econômica, culturalmente o invadido. (Parágrafo) Invasão realizada por uma sociedade matriz, metropolitana, numa sociedade dependente, ou invasão implícita na dominação de uma classe sobre a outra, numa mesma sociedade.”

A invasão cultural, seguida e dando continuidade à conquista, ato próprio da colonização, desapropria o ser colonizado de suas formas de expressão, injeta um novo modelo, produz complexos por meio de violentamento e acaba por criar uma “inautenticidade do ser”. Essa inautenticidade é uma espécie de não pertencimento. Mbembe diria que essa dubiedade e inferioridade ficcionada dão lugar a um vazio, um sempre vazio que só pode ser preenchido de maneira a ser essencialmente mutável. Para Freire, esse EU DUAL é assimilado a um OUTRO ao invés de ser propriamente um EU, ou seja, nunca uma plena consciência de si mesmo. Para Freire, a maneira de romper com essa razão é objetivá-la, ou seja, fazer uma inserção crítica na realidade no mesmo campo em que a visão de mundo colonizadora foi mais fincada: na educação. Não é a escola, a universidade, a família que enfatiza essa relação de pura submissão através da produção de preceitos verticalmente estabelecidos? Essa naturalização da relação antidialógica acontecendo na escola encontra frontalmente origem no que Mbembe chamou de “Pedagogia da naturalização do racismo”.

4.1 Freire em Mbembe - a razão negra educadora, uma ação antidialógica.

No capítulo “Poço dos Fantasmas”, da “CRÍTICA DA RAZÃO NEGRA”, ao discorrer sobre o nacional-colonialismo, é possível vislumbrar o papel da educação

na Razão Negra. Em 1870, a França, governada por Napoleão III, foi derrotada pela Prússia. A nação francesa, então uma grande colonizadora, está se organizando enquanto império sob a égide do descendente de Napoleão. Se fazia necessário resgatar a moral da nação, suscitar um maior nacionalismo, e isso foi feito apoiando-se na teoria em voga: a já citada diferença das raças, a classificação racial do gênero humano, que vai estar na cabeça de toda a Europa do período, culminando no forte antissemitismo da década de 30. A conquista dos territórios além-mar, sua admissão como súditos do grande império francês, apresentava a colonização como revigoração da virilidade francesa. (MBEMBE, 2018, pág.117) e começa a “educação colonial dos franceses”. A França participa do que Mbembe chama de uma “pedagogia de naturalização do racismo” ao nível internacional. Quando fala de educação e de pedagogia, contempla inclusive aquilo que chamamos de espaços não formais de educação.

Toda ideiação de superioridade racial e diferença fundamental das raças que caracterizou a prospecção europeia no mundo se converteu em políticas de Estado, em cultura, em textos, livros, estudo, propaganda e sistema de ensino, no bojo, inclusive, da criação da literatura didática e juvenil. É avivada com vigor uma nova conotação do africano na consciência dos franceses, conforme diz Mbembe (MBEMBE, 2018, pág.119):

Várias gerações de franceses foram expostas a essa pedagogia de naturalização do racismo, que se apoiava, em sua essência, no princípio segundo o qual a relação com os negros era uma relação de não reciprocidade. E essa não reciprocidade era justificada pela diferença de qualidade entre as raças, tema indissociável da velha temática do sangue, que se sabe ter sido utilizada outrora para assegurar os privilégios da nobreza. Ela voltou a ser propagada, desta vez pelo projeto colonial.”

A reconstrução da própria imagem do colonizador perpassava [pela] a colocação de grilhões. Um império era um império a partir de suas riquezas “d’além-mar”, resultantes do dispêndio colonial. Na quantidade de ouro que acumulava, lugares que dominava, mas sobretudo no quanto se declarava diferente dos seus vizinhos de comércio e exploração. Era preciso, então, ensinar os seus súditos. Já na década de 1930, o esforço se potencializa, paralelo a um cientificismo racial, em rever a figura do africano nas subjetividades francesas através do ensino. A tarefa de instrução era para apoiar e consolidar a separação enquanto ideia principal do

corolário colonial. Neste contexto, o africano aparecia como uma espécie de criança, mas não uma criança normal como todas as outras, era uma criança idiota, aprisionada em “um punhado de régulos, potentados cruéis e implacáveis.” A colonização surgia no horizonte de maneira a assistir e tratar moralmente, na mesa da educação, esta idiotia. A civilização era a maneira de educar em uma visão em que a educação aparece como uma enfermeira com antídotos sobre um paciente indomável, cheio de selvageria, advindo de “tribos nativas” exóticas (MBEMBE, 2018, pág.119).

Pode-se notar que a perturbadora ideia de que esta maneira de ver o ato de educar e formar desperta em alguns estudiosos da educação. Paulo Freire descreve a ação antidialógica do educador como essa visão de que a relação ensino-aprendizagem é uma educação de enunciados e depósitos. O educador se põe como depositante de conteúdos e o educando como alguém vazio de conhecimento e valores, receptor destes enunciados, depositário. Nada vindo dele pode ser utilizado. O heroísmo e o martírio estão envolvidos na tarefa de ensinar, tal como os soldados franceses, que apareciam como libertadores, e os: “pobres coitados, assim que eram libertos, ficavam tão felizes que chegavam a dar pulos de alegria – o que atestava que a França era boa e generosa para os povos que subjugava.” (MBEMBE, 2018, pág.121).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Filosofia e Educação, Pensamento e Cultura estão entrelaçadas como irmãs gêmeas bi vitelinas. É possível perceber o entrelaçamento dessas concepções, por exemplo, ao retomar as políticas da Educação na História do Brasil. Podemos cronologizar essa história a partir das primeiras catequeses do século XVI, cerne do contato entre colonizador e colonizado, e numa perspectiva de aplicação do pensamento impresso em Crítica da Razão Negra percebe-se o ponto de partida da educação no Brasil, uma genealogia que, sabe-se, contém os elementos explicitados no presente trabalho. São cinco as premissas da Razão Negra e da Razão Antidialógica que se tornaram fundamentos da educação, principalmente no Brasil, mas também em outros territórios colonizados.

Primeiro, a caracterização do diferente como algo que não tem nenhum pertencimento no "si mesmo", ou seja, a criação do Outro. E esta criação lança uma das bases da educação tradicional, a outremização na relação educador/estudante, onde o professor e o catequizador encontram irmandade histórica, ou seja, ao invés dos princípios amistosos e pacíficos prescritos pelo dogma da cristandade, se propagou uma aniquilação do direito de ser do outro. A "Carta a El Rey Dom Manuel" de Pero Vaz de Caminha materializa o entendimento de que o modo de vestir, de comer, de amar e relacionar-se com o interlocutor afasta definitivamente um mundo do outro, cria mundos, cria clãs.

Segundo, a partir de Mbembe, vê-se o fortalecimento, nesse pré-encontro com o desconhecido, da autoficção de que se revestem até os dias de hoje grupos como a burguesia atual: o outro não é detentor de racionalidade como eu sou. Essa autoficção se ancora em relativas vivências e afastamentos, como aqueles que residem nos centros em condições de vida e moradia favoráveis em seu olhar sobre as favelas, ou docentes que não autenticam a possibilidade de engajamento intelectual dos estudantes a partir de premissas pré-determinadas e sem conhecimento prévio deles.

Terceiro, o sujeito racial é bem traçado subjetivamente para pré-conceber uma intersubjetividade agressiva, segregadora e discriminatória. As escolas são voltadas ao conserto de jovens ante a sociedade, elas refletiam na Colônia, no Império e Primeira República a declaração do desejo de separação das raças, com bases teóricas sombreadas pelo positivismo ou pela eugenia. Ou seja, o modelo escolar aprende a perpetuar discriminações.

Quarto, a partir da teoria da ação dialógica e antidialógica de Freire, se desnuda a colonização como ação antidialógica por excelência, que constitui a escola enquanto espaço do não diálogo, mas do depósito de enunciados e prescrições, com separação de conteúdos, metodologias e práticas unilaterais.

Por último, o horizonte de significação do substantivo negro é ampliado, nos estudos de Mbembe, e fornece um combustível necessário, não apenas para o modo de ver e viver a realidade na contemporaneidade, mas para a reinscrição dessa existência (do sujeito racializado) e uma ressignificação de suas potências, direcionadas ao precioso ser mais, abertura freiriana dedicada não a uma parte privilegiada da humanidade, mas em toda parte onde o fazer humano enquanto transformador por excelência (e vocação) está estabelecido.

Um mundo que poderia ser melhor para todas as pessoas. Uma partilha do mundo que poderia ser mais justa. Uma existência que poderia ser única e cuja ideia de evolução estaria centrada nas possibilidades de ser mais e no compartilhamento dos sentidos de humanidade por meio da igualdade. São os apontamentos finais que a obra dos autores supracitados nos fornece.

REFERÊNCIAS

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. ISBN 8521900058

MORRISON, Toni. **A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

NOGUERA, Renato. **Ensino de filosofia e a lei 10639**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na américa: leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

[SURREALISMO]. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termos/80020-surrealismo>. Acesso em: 22 de dezembro de 2024. Verbetes da Enciclopédia.

COSTA, Aline Pereira da, **DOS SANTOS**, Carlos Henrique, **MARTINS**, Heloise da Costa Silva, **Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro**, Rev. Bras. Educ. 25 • 2020, <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8dCVDDgWxGdykbWLxXWfWbz/#>, Acesso em 27/11

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. **FERREIRA**, Manuel.